

ANO I - EDIÇÃO Nº 86 - DISPONIBILIZAÇÃO/PUBLICAÇÃO: Palmas, Sexta-Feira, 15 de julho de 2016.

### PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

#### PORTARIA Nº 557/2016

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais conferidas na Lei Complementar Estadual nº 51, de 02 de janeiro de 2008, considerando o art. 37 da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, bem como os dispostos no §2º da Lei nº 2.580, de 03 de maio de 2012, c/c o Ato nº 095/2010, de 07 de dezembro de 2010;

RESOLVE:

DESIGNAR as servidoras ELIANA BATISTA DE LIMA, matrícula nº 85108 e MARIA ANDRÉA DOS SANTOS, matrícula nº 99910, para, em substituição, exercer o cargo de Chefe da Controladoria Interna no período de 18 a 31 de julho de 2016 e 1º a 16 de agosto de 2016, respectivamente, durante afastamento da titular do cargo Edilma Dias Negreiros Lopes.

PUBLIQUE-SE. CUMPRASE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 12 de julho de 2016.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA  
Procurador-Geral de Justiça

#### PORTARIA Nº 559/2016

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17, da Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008, e em conformidade com disposto no art. 37 da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007 c/c o Ato nº 095/2010, de 07 de dezembro de 2010;

RESOLVE :

Art. 1º DESIGNAR o servidor DAVID ANTÔNIO DA SILVA matrícula nº 90008, para, em substituição, exercer o cargo de Encarregado de Área, no período de 20 de junho a 18 de agosto de 2016, durante a licença médica da titular do cargo Iracema Alves Brito.

Art. 2º REVOGA-SE a Portaria nº 553/2016.

PUBLIQUE-SE. CUMPRASE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 14 de julho de 2016.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA  
Procurador-Geral de Justiça

#### PORTARIA Nº 560/2016

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17, da Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008, e em conformidade ao disposto pelo art. 37 da Lei nº 1.818, de 23 de

agosto de 2007 c/c o Ato nº 095/2010, de 07 de dezembro de 2010;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o servidor DANILO CARVALHO DA SILVA, Técnico Ministerial Especializado, matrícula nº 129415, para, em substituição, exercer o cargo de Encarregado de Área, no período de 11 a 28 de julho de 2016, durante as férias do titular do cargo Jadson Martins Bispo.

PUBLIQUE-SE. CUMPRASE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 14 de julho de 2016.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA  
Procurador-Geral de Justiça

#### PORTARIA Nº 561/2016

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17, da Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008, e em conformidade ao disposto pelo art. 37 da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007 c/c o Ato nº 095/2010, de 07 de dezembro de 2010 e considerando o teor do despacho 81/2016, emitido pela Junta Médica Oficial do Estado do Tocantins, que concedeu licença especial a servidora Nilza das Graças Silva, por prazo indeterminado, a partir de 13 de junho de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR a servidora NEILA SOARES CARVALHO SILVA, matrícula nº 83908, para, em substituição, exercer o cargo de Encarregado de Área, a partir de 13 junho de 2016, durante o afastamento da titular do cargo Nilza das Graças Silva.

PUBLIQUE-SE. CUMPRASE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 14 de julho de 2016.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA  
Procurador-Geral de Justiça

#### PORTARIA Nº 562/2016

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008;

RESOLVE:

Art. 1º ESTABELECEER lotação provisória ao servidor DIEGO GOMES CARVALHO NARDES, Técnico Ministerial – Assistência Administrativa, Matrícula nº 140116, na sede das Promotorias de Justiça de Colinas do Tocantins, retroagindo seus efeitos a 27 de junho de 2016.

PUBLIQUE-SE. CUMPRASE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO

## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS

### PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

**CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA**  
Procurador-Geral de Justiça

**JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR**  
Subprocurador-Geral de Justiça

**FRANCISCO RODRIGUES DE SOUZA FILHO**  
Chefe de Gabinete da PGJ

**UILITON DA SILVA BORGES**  
Diretor-Geral

### CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

**JOÃO RODRIGUES FILHO**  
Corregedor-Geral

**LEILA DA COSTA VILELA MAGALHAES**  
Corregedora-Geral Substituta

**OCTAHYDES BALLAN JÚNIOR**  
Promotor-Corregedor

**PEDRO EVANDRO DE VICENTE RUFATO**  
Promotor-Corregedor

**FRANCINE ELAINE L. M. B. BEZERRA**  
Chefe de Gabinete

### COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

**CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA**  
Presidente do Colégio de Procuradores

**ELAINE MARCIANO PIRES**  
Procuradora de Justiça  
Secretária do Colégio de Procuradores

**LEILA DA COSTA VILELA MAGALHÃES**  
Procuradora de Justiça

**JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR**  
Procurador de Justiça

**ALCIR RAINERI FILHO**  
Procurador de Justiça

**VERA NILVA ÁLVARES ROCHA LIRA**  
Procuradora de Justiça

**JOÃO RODRIGUES FILHO**  
Procurador de Justiça

**JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU**  
Procurador de Justiça

**RICARDO VICENTE DA SILVA**  
Procurador de Justiça

**MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA**  
Procurador de Justiça

**JOSÉ MARIA DA SILVA JÚNIOR**  
Procurador de Justiça

**JACQUELINE BORGES SILVA TOMAZ**  
Procuradora de Justiça

### CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

**CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA**  
Presidente do Conselho

**JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU**  
Membro - Secretário do Conselho

**JOÃO RODRIGUES FILHO**  
Membro - Corregedor-Geral do MPE

**ALCIR RAINERI FILHO**  
Membro

**MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA**  
Membro

202 NORTE, AV. LO 4, CONJ. 1, Lotes 5 e 6  
Plano Diretor Norte - CEP 77.006-218 / Palmas-TO  
Telefone: (63) 3216-7600

DO TOCANTINS, em Palmas, 14 de julho de 2016.

**CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA**  
Procurador-Geral de Justiça

### DIRETORIA-GERAL

#### APOSTILA Nº 006/2016/CHGAB/DG

O CHEFE DE GABINETE DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA em conjunto com o DIRETOR GERAL DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 2º, inciso I, alínea b, combinado com o parágrafo único do mesmo artigo, do ATO nº 04, de 17 de janeiro de 2013, e com base nas informações fornecidas pelo Departamento de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento,

RESOLVEM:

Apostilar o Ato CHGAB/DG nº 040/2015, publicado no D.O.E Tocantins nº 4.501, de 18/11/2015, referente a Progressão Funcional Horizontal ou Vertical dos servidores efetivos e estáveis do Ministério Público do Estado do Tocantins.

Art. 1º. No Ato CHGAB/DG no 040/2015, de 13 de novembro de 2015:

Onde se lê:

Mat.	Nome Servidor	Cargo	Classe/ Padrão Anterior	Classe/ Padrão Atual	Data da Progressão
80007	Ana Paula Guimaraes Ferreira	Técnico Ministerial	HA6	HB1	30/10/2015

Leia-se:

Mat.	Nome Servidor	Cargo	Classe/ Padrão Anterior	Classe/ Padrão Atual	Data da Progressão
80007	Ana Paula Guimaraes Ferreira	Técnico Ministerial	EA6	EB1	30/10/2015

PUBLIQUE – SE. CUMpra – SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 11 de julho de 2016.

Francisco Rodrigues de Souza Filho  
Promotor de Justiça/Chefe de Gabinete  
P.G.J

Uiliton da Silva Borges  
Diretor-Geral  
P.G.J.

#### APOSTILA Nº 007/2016/CHGAB/DG

O CHEFE DE GABINETE DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA em conjunto com o DIRETOR GERAL DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 2º, inciso I, alínea b, combinado com o parágrafo único do mesmo artigo, do ATO nº 04, de 17 de janeiro de 2013, e com base nas informações fornecidas pelo Departamento de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento,

RESOLVEM:

Apostilar os Atos CHGAB/DG nº 014/2016 e 015/2016, ambos publicados no DOMP/TO nº 81, de 08/07/2016, referentes a homologação da Avaliação Periódica de Desempenho – APD e da Progressão Funcional Horizontal ou Vertical dos servidores efetivos e estáveis do Ministério Público do Estado do Tocantins, respectivamente.

Art. 1º. No Ato CHGAB/DG nº 014/2016, de 29 de junho

de 2016:

Onde se lê:

Mat.	Nome Servidor	Cargo	Data Referência	Resultado da Avaliação
103210	Georges Oliva de Oliveira	Analista Ministerial Especializado	29/06/2016	Aprovado

Leia-se:

Mat.	Nome Servidor	Cargo	Data Referência	Resultado da Avaliação
102510	Georges Oliva de Oliveira	Analista Ministerial Especializado	29/06/2016	Aprovado

Art. 2º. No Ato CHGAB/DG nº 015/2016, de 29 de junho de 2016:

Onde se lê:

Mat.	Nome Servidor	Cargo	Classe/ Padrão Anterior	Classe/ Padrão Atual	Data da Progressão
103210	Georges Oliva de Oliveira	Analista Ministerial Especializado	IA4	IA5	29/06/2016

Leia-se:

Mat.	Nome Servidor	Cargo	Classe/ Padrão Anterior	Classe/ Padrão Atual	Data da Progressão
102510	Georges Oliva de Oliveira	Analista Ministerial Especializado	IA4	IA5	29/06/2016

PUBLIQUE – SE. CUMPRA – SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 11 de julho de 2016.

Francisco Rodrigues de Souza Filho  
Promotor de Justiça/Chefe de Gabinete  
P.G.J

Uilton da Silva Borges  
Diretor-Geral  
P.G.J.

**EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO**

CONTRATO Nº.: 030/2016  
Processo nº.: 2016/0701/00099  
CONTRATANTE: Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins.  
CONTRATADA: A.B. Teleinformática Comunicação LTDA-ME  
OBJETO: O presente termo tem por objeto o acréscimo de 01 (uma) FECHADURA ELETRÔNICA COM A MÃO DE OBRA DE INSTALAÇÃO, conforme descrito no Anexo II – Termo de Referência do Edital do Pregão Presencial nº 010/2016, Processo administrativo nº 2016.0701.00099, parte integrante do presente instrumento.  
VALOR TOTAL: A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pela execução do objeto aditivado o valor total de R\$ 1.900,00 (hum mil e novecentos Reais).  
VIGÊNCIA: A partir da assinatura até 31 de dezembro de 2016.  
MODALIDADE: Pregão Presencial, Lei nº 10.520/2002.  
NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30 e 3.3.90.39  
ASSINATURA: 11/07/2016  
SIGNATÁRIOS: Contratante: Clenan Renaut de Melo Pereira.  
Contratada: Adeliame Ramos dos Santos

UILTON DA SILVA BORGES  
Diretor-Geral  
P.G.J.

**EXTRATO DO CONTRATO**

CONTRATO Nº.: 049/2016  
Processo nº.: 2015/0701/00381  
CONTRATANTE: Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins.  
CONTRATADA: MB ESCRITÓRIOS INTELIGENTES LTDA  
OBJETO: O presente contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS, com o fim de atender as necessidades da Promotoria de Justiça de Augustinópolis, conforme discriminação prevista no

item 02, linha 01 a 09 da Ata de Registro de Preços nº 025/2016, oriunda do Edital do Pregão Presencial nº 008/2016, Processo administrativo nº 2015.0701.00381, parte integrante do presente instrumento.

VALOR TOTAL: A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pela execução do objeto o valor total de R\$ 53.150,00 (cinquenta e três mil e cento e cinquenta reais).

VIGÊNCIA: A partir da assinatura até 31 de dezembro de 2016.

MODALIDADE: Pregão Presencial, Lei nº 10.520/2002.

NATUREZA DA DESPESA: 4.4.90.52

ASSINATURA: 05/07/2016

SIGNATÁRIOS: Contratante: Clenan Renaut de Melo Pereira.

Contratada: Ana Orlinda de Souza Fleury Curado.

UILTON DA SILVA BORGES  
Diretor-Geral  
P.G.J.

**EXTRATO DO CONTRATO**

CONTRATO Nº.: 051/2016

Processo nº.: 2016/0701/00301

CONTRATANTE: Procuradoria-Geral de Justiça do Estado Do Tocantins.

CONTRATADA: Tocantins Comércio de Equipamentos de Segurança LTDA-ME.

OBJETO: O presente contrato tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE EXTINTORES DE INCÊNDIO DO TIPO: GÁS CARBÔNICO (CO2), ÁGUA PRESSURIZADA (AP), PÓ QUÍMICO SECO (PQS); SUPORTES DE PAREDE; MANGUEIRAS PARA HIDRANTES (TIPO 2); E NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECARGAS E TESTES HIDROSTÁTICOS, destinados ao atendimento das necessidades da Procuradoria Geral de Justiça, conforme discriminação prevista no Anexo II – do Edital do Pregão Presencial nº 009/2016, Processo administrativo nº 2016/0701/00148, parte integrante do presente instrumento.

VALOR TOTAL: A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pela execução do objeto o valor total de R\$ 2.131,74 (dois mil, cento e trinta e um reais e setenta e quatro centavos).

VIGÊNCIA: A partir da assinatura até 31 de dezembro de 2016.

MODALIDADE: Pregão Presencial, Lei nº 10.520/2002.

NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30

ASSINATURA: 01/07/2016

SIGNATÁRIOS: Contratante: Clenan Renaut de Melo Pereira.

Contratada: Carlos Roberto de Oliveira Junior.

UILTON DA SILVA BORGES  
Diretor-Geral  
P.G.J.

## CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

**ATO Nº 053/2016**

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 150, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins e conforme deliberação na 169ª Sessão Ordinária, ocorrida em 12 de julho de 2016,

RESOLVE

VITALICIAR, a partir de 10/07/2016, o Promotor de Justiça Substituto RUI GOMES PEREIRA DA SILVA NETO.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 12 de julho de 2016.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA  
Presidente do CSMP - TO

## 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE COLINAS

### EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado.

PORTARIA Nº.: 026/2016/ICP

INVESTIGANTE: Thaís Cairo Souza Lopes, Promotora de Justiça.

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal no. 8.625/93; artigos 6º e 8º, § 1º, da Lei no. 7.347/85; artigo 62 da Lei Complementar Estadual no. 51/08.

ORIGEM: Notícia de Fato nº 053/2016.

FATO EM APURAÇÃO: Suposto dano ambiental causado na Fazenda Águas Claras, localizada no município de Brasilândia/TO.

INVESTIGADO: João Teixeira de Souza (proprietário).

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Colinas do Tocantins/TO, 11 de julho de 2016.

### EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado.

PORTARIA Nº.: 027/2016/ICP

INVESTIGANTE: Thaís Cairo Souza Lopes, Promotora de Justiça.

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal no. 8.625/93; artigos 6º e 8º, § 1º, da Lei no. 7.347/85; artigo 62 da Lei Complementar Estadual no. 51/08.

ORIGEM: Notícia de Fato nº 056/2016.

FATO EM APURAÇÃO: Suposto dano ambiental causado na Chácara Palmeirinha, localizada no município de Tupiratins/TO.

INVESTIGADO: José Ferreira Alencar Neto (proprietário).

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Colinas do Tocantins/TO, 11 de julho de 2016.

### EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado.

PORTARIA Nº.: 028/2016/ICP

INVESTIGANTE: Thaís Cairo Souza Lopes, Promotora de Justiça.

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal no. 8.625/93; artigos 6º e 8º, § 1º, da Lei no. 7.347/85; artigo 62 da Lei Complementar Estadual no. 51/08.

ORIGEM: Notícia de Fato nº 057/2016.

FATO EM APURAÇÃO: Suposto dano ambiental causado na Chácara Encontro dos Amigos, localizada no município de Tupiratins/TO.

INVESTIGADO: Jocelino Ferreira Filho (proprietário).

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Colinas do Tocantins/TO, 11 de julho de 2016.

### EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado.

PORTARIA Nº.: 029/2016/ICP

INVESTIGANTE: Thaís Cairo Souza Lopes, Promotora de Justiça.

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal no. 8.625/93; artigos 6º e 8º, § 1º, da Lei no. 7.347/85; artigo 62 da Lei Complementar Estadual no. 51/08.

ORIGEM: Notícia de Fato nº 103/2016.

FATO EM APURAÇÃO: Suposto dano ambiental causado pela Cerâmica Colinas LTDA, localizada no município de Colinas do Tocantins/TO.

INVESTIGADO: Cerâmica Colinas LTDA (pessoa jurídica).

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Colinas do Tocantins/TO, 11 de julho de 2016.

### EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado.

PORTARIA Nº.: 030/2016/ICP

INVESTIGANTE: Thaís Cairo Souza Lopes, Promotora de Justiça.

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal no. 8.625/93; artigos 6º e 8º, § 1º, da Lei no. 7.347/85; artigo 62 da Lei Complementar Estadual no. 51/08.

ORIGEM: Notícia de Fato nº 110/2016.

FATO EM APURAÇÃO: Suposta fraude por intermédio de "prêmio" concedida a Secretaria Municipal de Educação, por empresa privada denominada Premium Brasil Produtora, com a finalidade de desviar recurso público.

INVESTIGADO: Prefeitura Municipal de Colinas do Tocantins/TO.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Colinas do Tocantins/TO, 11 de julho de 2016.

### EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado.

PORTARIA Nº.: 031/2016/ICP

INVESTIGANTE: Thaís Cairo Souza Lopes, Promotora de Justiça.

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal no. 8.625/93; artigos 6º e 8º, § 1º, da Lei no. 7.347/85; artigo 62 da Lei Complementar Estadual no. 51/08.

ORIGEM: Notícia de Fato nº 037/2016.

FATO EM APURAÇÃO: Supostas irregularidades praticadas pela Administração Pública do município de Colinas do Tocantins/TO em relação aos profissionais de saúde (enfermagem e técnico de enfermagem).

INVESTIGADO: Prefeitura Municipal de Colinas do Tocantins/TO.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Colinas do Tocantins/TO, 11 de julho de 2016.

### EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado.

PORTARIA Nº.: 032/2016/ICP

INVESTIGANTE: Thaís Cairo Souza Lopes, Promotora de Justiça.

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal no. 8.625/93; artigos 6º e 8º, § 1º, da Lei no. 7.347/85; artigo 62 da Lei Complementar Estadual no. 51/08.

ORIGEM: Notícia de Fato nº 104/2016.

FATO EM APURAÇÃO: Suposta situação de risco de pessoa com deficiência, município de Colinas do Tocantins/TO.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Colinas do Tocantins/TO, 11 de julho de 2016.

## 8ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GURUPI

### EXTRATO DE PORTARIA DE CONVERSÃO DE PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO EM INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a conversão do Procedimento Preparatório nº 051/2015 em Inquérito Civil Público, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado.

PORTARIA N.º 012/2016

INVESTIGANTE: 8ª Promotoria de Justiça de Gurupi-TO.

FUNDAMENTO: artigo 129, III, da Constituição Federal; artigo 26, I, da Lei nº 8.625/93; artigo 8º, §1º, da Lei nº 7.347/85 e artigo 61, I, da Lei Complementar Estadual nº 051/08.

ORIGEM: De ofício.

DOCUMENTO DE ORIGEM: Notícia de Fato nº 058/2015.

ASSUNTO (CNMP): Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público (9985) / Atos administrativos (9997) / Improbidade Administrativa (10011) / Violação aos princípios da Administração Pública (10014).

FATO EM APURAÇÃO: Apurar eventual prática de improbidade administrativa consistente na cumulação ilegal de cargos públicos, junto ao Hospital Regional de Gurupi, Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) e UNIRG, pelo servidor Brenner Brandão Silva.

REPRESENTANTE: Anônimo.

REPRESENTADO: Brenner Brandão Silva.

DATA PREVISTA PARA FINALIZAÇÃO: 26/03/2017.

## 4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PARAÍSO - TO

### EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DO INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO Nº 088/2016 – 4ª PJ/PSO/TO.

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

Portaria N.º: 088/2016.

Assunto (CNMP): Direito Administrativo e outras matérias de direito público (9985). Atos administrativos (9997). Improbidade Administrativa (10011). Violação aos Princípios Administrativos (10014).

Objeto: Apurar supostas irregularidades na licitação modalidade Carta Convite 021/2011 por parte do Município de Pugmil/TO para locação de uma retroescavadeira 4x4 junto à empresa CONTAGEM COSNTRUTORA LTDA em Janeiro/2012, pelo empenho global de R\$ 78.000,00 (setenta e oito mil reais).

Investigante: Maria Cotinha Bezerra Pereira, 4ª Promotora de Justiça de Paraíso/TO.

Representante(s): Vereador Fabiano Peixoto Cardoso.

Representado(a)(s): Maria de Jesus Ribeiro da Silva Medes, então prefeita de Pugmil/TO, gestão 2009/2012 e CONTAGEM COSNTRUTORA LTDA.

Fundamentos: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal nº. 8.625/93; artigos 6º e 8º, §1º, da Lei nº. 7.347/85; artigo 62 da Lei Complementar Estadual nº. 51/08.

Área de atuação: Tutela coletiva – Patrimônio Público.

Documento de Origem: Procedimento Administrativo nº 001/2014 – 4ª/PSO/TO.

Local e data de instauração: Paraíso do Tocantins/TO, 24/06/2016.

## 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TOCANTINÓPOLIS

### EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 13/2016 a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração dos fatos investigados.

PORTARIA IC nº 29/2016

INVESTIGANTE: 1ª Promotoria de Justiça de Tocantinópolis/TO.

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal nº 8.625/93; artigos 6º e 8º, §1º da Lei nº 7.347/85; art.10, incisos VIII e XII, da Lei nº 8.429/92; artigo 62 da Lei Complementar Estadual nº 51/08.

ORIGEM: De ofício.

DOCUMENTO DE ORIGEM: Notícia de Fato nº 2016.3005.0014-01

FATOS EM APURAÇÃO: Apurar denúncia acerca do uso de veículos oficiais em benefício próprio pelo Chefe da Cadeia Pública de Tocantinópolis, Vinícius Lima Silva.

INVESTIGADO: Vinícius Lima Silva.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Tocantinópolis/TO, 08 de julho de 2016.

### EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 14/2016 a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração dos fatos investigados.

PORTARIA IC nº 30/2016

INVESTIGANTE: 1ª Promotoria de Justiça de Tocantinópolis/TO.

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal nº 8.625/93; artigos 6º e 8º, §1º da Lei nº 7.347/85; art.10, incisos VIII e XII, da Lei nº 8.429/92; artigo 62 da Lei Complementar Estadual nº 51/08.

ORIGEM: De ofício.

DOCUMENTO DE ORIGEM: Notícia de Fato nº 2016.1305.0010-01

FATOS EM APURAÇÃO: Apurar o funcionamento da empresa PIPES Empreendimentos LTDA., na atividade de travessia de pedestres e passageiros no trecho entre Tocantinópolis/TO e Porto Franco/MA, sem o cumprimento das exigências legais e regulamentares relatadas pelo órgão ambiental competente.

INVESTIGADO: PIPES (PEDRO IRAN PEREIRA ESPÍRITO SANTO), CNPJ nº 06.065.767/0045-4.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Tocantinópolis/TO, 08 de julho de 2016.

## PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ANANÁS

### EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO Nº 04/2016

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA N.º.: 005/2016

INVESTIGANTE: Celsimar Custódio Silva – Promotor de Justiça

FUNDAMENTOS:

Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal no. 8.625/93; artigos 6º e 8º, § 1º, da Lei no. 7.347/85; artigo 62 da Lei Complementar Estadual no. 51/08.

ORIGEM: Promotoria de Justiça de Ananás/TO.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

FATO(S) EM APURAÇÃO: Apurar irregularidades na construção da Rodovia Estadual TO-010, que liga as cidades de Ananás a Araguatins, de responsabilidade do Governo do Estado do Tocantins.  
INVESTIGADO(S): Governo do Estado do Tocantins.  
LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Ananás/TO, 12 de Julho de 2016.

subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº.: 03/2016

INVESTIGANTE: Renata Castro Rampanelli Cisi, Promotora de Justiça.

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal no. 8.625/93; artigos 6º e 8º, § 1º, da Lei no. 7.347/85; arts. 10, 11 e 12 da Lei nº 8.429/1992

ORIGEM: Representação do funcionário público Dorismar Cordeiro da Silva

FATO(S) EM APURAÇÃO: Instaura inquérito civil público com a finalidade de apurar o uso indevido de bem público para satisfazer interesse pessoal.

INVESTIGADO(S): Valdmir Ribeiro de Castro, prefeito de Sucupira, brasileiro, casado, nascido em 05/11/1974, inscrito no CPF 645.385.911-49, residente e domiciliado na Rua Tarumã 850, Cep 77458-000

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Figueirópolis, 13 de julho de 2016.

## PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE FIGUEIRÓPOLIS


### EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou



QUEREMOS  
OUVIR VOCÊ!

OUVIDORIA MPE  
Sugira • Denuncie • Questione

 (63) 3216-7598

(63) 3216-7575

 [www.mpto.mp.br](http://www.mpto.mp.br)

 [ouvidoria@mpto.mp.br](mailto:ouvidoria@mpto.mp.br)